**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AUTODECLARAÇÃO DE COR/RAÇA: REFLEXÕES SOBRE SUA INTERSECCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

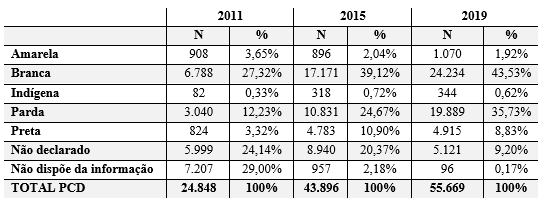
*Tatiana Costa Masera[[1]](#footnote-1)*

*Stela Maria Meneghel[[2]](#footnote-2)*

**Eixo Temático: Educação Inclusiva e Diversidade**

As discussões relacionadas à diversidade e inclusão alcançaram a Educação Superior (ES) brasileira no início do século XXI, com a implementação das Políticas de Ação Afirmativa (PAA) que favoreceram o acesso dos grupos historicamente excluídos (oriundos de escola pública, baixa renda, autodeclarados pretos/pardos, pessoas com deficiência/PCD); deste modo, valorizaram a diversidade humana nas instituições de ES (WITTKOWSKY, MENEGHEL, 2019). Como resultado, houve aumento no número de matrículas destes grupos: as PCD cresceram 124% entre 2011 e 2019; os autodeclarados pretos/pardos cerca de 34,5% no mesmo período (MASERA; MENEGHEL, 2021). Estes dados, embora significativos, devem ser compreendidos em um contexto no qual a presença destes grupos na ES era muito pequena. As PCD representavam somente 0,36% das matrículas em 2011 e, após as PAA, chegaram a 0,64% em 2019. No caso de pretos/pardos, passaram a representar 38,2% do total de estudantes em 2019, embora sejam 50,7% a população do país. Por se tratar de tema recente, há poucos estudos sobre a inclusão das PCD na ES e, ainda mais raros, são os que analisam sua interrelação com outras categorias socioeconômicas, como cor/raça. Trabalhos que exploram esta interrelação são denominados estudos de interseccionalidade, e reflexões desta natureza objetivam entender a complexidade das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2020). Nesta linha, esta pesquisa buscou **analisar a interseccionalidade entre as PCD e a autodeclaração de cor/raça na ES brasileira.** Utilizamos abordagem metodológica qualitativa (MINAYO, 2006), visando atribuir sentido às informações sobre o tema, tomando por base o Censo da Educação Superior (CESUP) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O recorte temporal para os anos 2011, 2015 e 2019 se justifica por terem sido implantadas, neste período, PAA específicas aos grupos referenciados. No Brasil, o registro de características socioeconômicas da população é realizado pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada 10 anos, tendo abrangência nacional, sendo os dados mais recentes de 2010 (a pandemia adiou o Censo 2020). Para efeitos desta análise, pretos e pardos foram reunidos em uma mesma categoria. A tabela 1 apresenta os dados da população PCD conforme autodeclaração de cor/raça nos anos 2011, 2015 e 2019:

**Tabela 1 – Matrículas na Educação Superior de Pessoas com Deficiência segundo cor/raça**



Fonte: Elaboração das autoras com base no CESUP 2011, 2015 e 2019 (2022)

O alto índice de ‘não declarados’ e ‘não dispõe da informação’ (53,14%) impossibilita a análise dos dados de 2011. Estas categorias mantiveram altos índices nos anos seguintes (22,55% em 2015; 9,37% em 2019), mas que viabilizam nossas considerações. Em 2015, notamos pequena predominância das PCD brancas: estas eram 39,12%; pretos/pardos respondiam por 35,57%. Em 2019, houve pequena inversão: as PCD pretas/pardas eram 44,56%; as brancas 43,53%. O aumento quantitativo das PCD no período 2011-2019 segundo cor/raça denota a importância das PAA para inserção das populações historicamente excluídas do acesso aos bens e serviços do Estado, em especial a população negra. Corroboram estudo de Silva (2021), que afirma sobre as PAA: “têm sido um poderoso contributo para a diminuição das desigualdades e para o enfrentamento do racismo estrutural” (p. 93), mostrando efetividade no processo de inclusão na ES. Da perspectiva interseccional, o aumento das PCD pretas/pardas permite à comunidade científica desvelar e, ao Estado, buscar interferir no contexto de vida destes sujeitos, respondendo às formas de desigualdade e repressão. Avançar nesta perspectiva é necessário, pois indivíduos com esta justaposição tendem a experienciar discriminação tanto por sua deficiência quanto pela cor/raça (PERPÉTUO, 2017). O conjunto de dados permite refletir sobre os seguintes tópicos: (i) a representatividade das matrículas de PCD pretas/pardas na ES em relação à população do país; (ii) as possibilidades de inserção social desta interseccionalidade a partir do aumento de vagas na ES; (iii) a consolidação de políticas especificidades desses sujeitos a partir da ampliação de estudos interseccionais – PCD e cor/raça. Afinal, a garantia da inclusão não está centrada somente nas políticas de acesso, mas aliada às formas de construir espaços que proporcionem aprendizado significativo, justo, participativo e engajado culturalmente a todas as pessoas (DORZIAT, 2008). Cabe aos pesquisadores da área, atentos à ES como bem público e social, auxiliarem no avanços deste processo.

**Palavras-chave**: Pessoa com Deficiência. Autodeclaração de cor/raça. Educação Superior. Estudos de interseccionalidade.

**Referências**

BRASIL. **Censo da Educação Superior:** Microdados. INEP, 2011, 2015 e 2019. INEP, 2022.

COLINS, P. H; BILGE, S. Interseccionalidade. Tradução por Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DORZIATT, A. Educação especial e inclusão escolar: prática e/ou teoria. **Inclusão Escolar e educação especial:** teoria e prática na diversidade. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 21-37.

MASERA, T. C.; MENEGHEL, S. M. **Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação**

**Superior Brasileira:** Avanços e Limites. 40ª Reunião Nacional da Anped. GT 11: Política

de Educação Superior. Pará: UFPA, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006. 406 p.

PERPÉTUO, C. L. **O conceito de interseccionalidade:** contribuições para a formação no Ensino Superior. V Simpósio Internacional de Educação Sexual. Paraná, 2017.

SILVA, M. N. da. A População Negra e o Ensino Superior no Brasil: algumas considerações. In.: **Universidades.** União das Universidades da América Latina e do Caribe, 2021.

WITTKOWSKY, J. R. T.; MENEGHEL, S. M. Políticas de Ação Afirmativa na Educação Superior brasileira: entre conquistas e negações. **Revista de Educação inclusiva.** Chile: Centro de Estudos Latino-americanos de educação inclusiva, 2019.

1. Acadêmica. Pós-graduação em Educação. Universidade Regional de Blumenau – FURB. tmasera@furb.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Orientadora. Pós-graduação em Educação. Universidade Regional de Blumenau – FURB. smeneghel@furb.br [↑](#footnote-ref-2)